

Cidades médias

Do crescimento demográfico à consolidação territorial

Renato Miguel do Carmo *

Resumo: Este artigo analisa a evolução demográfica de quatro cidades alentejanas ao longo do século xx. Pretende-se caracterizar os diversos tipos de crescimento populacional a partir da relação desenvolvida entre áreas urbanas e rurais. Deste modo, verificaremos até que ponto se estabelece uma interdependência entre o aumento do volume populacional destas cidades médias e a consolidação de dinâmicas territoriais expressas na reanimação de espaços envolventes, que caminhavam para uma contínua regressão.

Palavras-chave: Cidades Médias; Urbanização; Alentejo.

Introdução

É corrente nos estudos urbanos referir a importância das cidades médias para o desenvolvimento de regiões predominantemente rurais, que conhecem uma contínua regressão demográfica. Em termos metafóricos estas cidades são comparadas a ‘ilhas’ que não só inflectiram face às tendências regionais, como assinalaram, algumas delas, um crescimento populacional relevante (Marques, 2004). Esta discrepância entre o dinamismo de certas áreas urbanas e o despovoamento das zonas rurais releva, antes de mais, um desequilíbrio estrutural que afecta principalmente o interior do país.

Contudo, convém compreender qual o significado do crescimento destas cidades. De facto, o simples indicador que mede o volume da população residente pode contemplar diferentes (e, por vezes, contraditórias) interpretações, se não for analisado tendo por base uma escala temporal relativamente alargada. Como iremos ver, a partir do estudo de quatro cidades do Alentejo, o crescimento urbano nem sempre é um fenómeno recente (duas, três décadas). Em certos casos ele é muito anterior e inscreve-se numa série de processos diferenciados que não podem ser desligados das tendências demográficas que afectaram as regiões em que estes centros urbanos se inserem.

De facto, o que é recente não é o mero crescimento em si, como por vezes se faz crer, mas a capacidade das cidades resistirem e de se consolidarem face a um cenário generalizado de depressão demográfica.

Este artigo tem como objectivo caracterizar as diversas fases que estruturaram, ao longo do século xx, o crescimento demográfico das maiores cidades alentejanas. Para tal, analisaremos as diferentes dinâmicas demográficas¹ tendo em conta as relações territoriais que se estabelecem entre estes centros e as zonas rurais circundantes. O estudo incidirá sobre as freguesias que compõem os concelhos em causa, de modo a desenvolver uma comparação entre a evolução dos vários espaços. Pretendemos, assim, medir o sentido do crescimento populacional tendo em conta a relação urbano-rural². Em nosso entender, só por intermédio do estudo dessa relação é possível caracterizar o significado do crescimento demográfico e detectar se este se encontra associado ou não a uma dinâmica de consolidação territorial que se concretize, entre outros aspectos, na capacidade de reanimar certas zonas periféricas contíguas. No fundo, pretendemos responder, até certo ponto, se o crescimento urbano é suficientemente consistente para provocar uma inversão das tendências regressivas que afectam os espaços rurais circundantes.

* Sociólogo, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Bolseiro de pós-doutoramento da FCT. Contacto: rmcarmo@ics.ul.pt.

¹ Utilizando como indicadores a distribuição (ao nível das freguesias) da população residente, da população activa e dos escalões etários.

² Em termos estatísticos consideraremos como “rural” todas as freguesias do concelho que não compõem a área urbana da respectiva cidade.

As cidades intermediárias

O significado do conceito de “cidade média” tem vindo a sofrer profundas alterações desde os anos 70 (Costa, 2002). Numa primeira fase, este era determinado principalmente pelo factor dimensão, identificando as cidades que não alcançavam o volume de residentes das grandes metrópoles, mas que detinham uma quantidade suficientemente relevante de população. Segundo esta óptica, a densidade morfológica e funcional da cidade média estava compreendida entre as áreas metropolitanas densamente povoadas e as aglomerações rurais de baixa densidade.

O nível intermédio atribuído a estas cidades reflectia-se também na posição que assumiam na hierarquia dos sistemas urbanos nacionais. Isto é, encontravam-se, por um lado, numa situação periférica e de relativa dependência em relação aos maiores centros urbanos e, por outro, detinham um papel central no desenvolvimento e na dinâmica regional das áreas envolventes (Portas, 2004).

No entanto, com a complexificação da urbanização e a emergência da sociedade em rede, os factores de ordem morfológica e hierárquica deixaram de ser suficientes para caracterizar a realidade socioeconómica das cidades médias. Na verdade, a relação relativamente linear estabelecida entre volume populacional médio e dinâmica funcional intermédia perdeu sentido, na medida em que, por exemplo, certas cidades menos populosas podem deter maiores índices de dinamismo do que extensas áreas urbanas e suburbanas.

A localização de certos nichos de excelência – sejam eles relacionados com o sector empresarial, com o ensino e a investigação, com a cultura, etc. – podem fazer toda a diferença para a dinamização de uma cidade de dimensão média. A implantação destes e de outros sectores dotam o espaço urbano de uma *armadura* organizacional e instrumental capaz de se posicionar e interagir no interior de várias redes internacionais (científicas, económicas, culturais...)³. Essa capacidade gera valor acrescentado e um conjunto de valências que ultrapassam o âmbito de influência regional e nacional.

Como demonstra Castells (2000), a emergência da sociedade em rede organiza-se, em

grande medida, em torno das cidades mais dinâmicas. A direcção e a aglutinação das diversas redes informacionais são condicionadas pela configuração geográfica das cidades mais globalizadas. Ou seja, se é verdade que a dinâmica das cidades se baseia, cada vez mais, em processos organizados em rede, também se pode dizer que a dinâmica das redes resulta, em grande parte, do dinamismo das cidades. O espaço dos fluxos é assim um espaço relacional de natureza reticular ancorado em territórios fortemente urbanizados.

A projecção nas redes pode permitir à cidade média emancipar-se relativamente a um dado sistema urbano nacional hierarquizado. Do mesmo modo que a incapacidade de posicionar-se positivamente nas redes internacionais leva a uma anulação no espaço dos fluxos, o que de certa forma pode também comprometer a sua situação intermédia no sistema urbano nacional.

É, neste âmbito, que surge o conceito de “cidade intermediária” assente em valores de natureza mais qualitativa e relacional. Segundo João Ferrão *et al.*, “o novo conceito (ou a nova perspectiva) sublinha os aspectos relacionais e sobretudo as formas de organização reticulares. O duplo sentido de intermédio/intermediário sugere a ideia de um espaço de relações (entre cidades e entre cidades e regiões), estruturado em nós e fluxos, onde a cidade intermédia é (ou pode e deve ser) um mediano, um ponto de encontro e de passagem obrigatório” (Ferrão *et al.*, 1994: 1128).

A função medianeira não remete exclusivamente para um sistema hierárquico, pelo contrário, ela aponta de forma crescente para plataformas reticulares de tipo horizontal, isto é, entre espaços urbanos com dimensões e valências relativamente similares. A noção de “rede de cidades” proposta por R. Camagni (1993) contempla essa tendência para a horizontalidade das relações e dos fluxos entre cidades.

Contudo, o significado das noções de intermediação ou de mediação deverá ser mais amplo e ultrapassar o carácter reticular estabelecido ao nível do espaço dos fluxos. Na verdade, a cidade está cada vez mais integrada num complexo sistema relacional em que a componente territorial de proximidade ainda detém uma importância

³ Cf. Benko e Lipietz (1994), a propósito a noção de *redes de distritos*.

decisiva. Para as cidades intermédias, a relação com o meio envolvente continua a ser uma dimensão fundamental para o seu desenvolvimento (Brunet, 2000). Por exemplo, a constituição de zonas suburbanas e periurbanas interligadas entre si representa um factor acrescido de dinamismo, que potencia a mobilidade espacial e a circulação de bens, de serviços e de pessoas.

As cidades médias necessitam de aprofundar a sua centralidade regional. Para tal, torna-se essencial estenderem parte das suas funções a territórios envolventes de menor densidade, alguns dos quais sofrem processos intensos de regressão demográfica. A dinamização das zonas periféricas torna-se assim num elemento essencial de desenvolvimento regional, mas também de desenvolvimento urbano. Uma cidade média que não se relacione com um *hinterland* potencialmente dinâmico e com alguma capacidade de rejuvenescimento é, a prazo, uma cidade que caminha para a marginalização.

O sistema urbano nacional

Portugal, apesar de ser um país de dimensão média (à escala europeia), apresenta, contudo, uma grande complexidade na sua estrutura urbana. Esta situação resulta, em parte, de uma dissonância estrutural estabelecida entre densidade e dinamismo, como comprova o estudo comparativo levado a cabo pelo programa europeu SPESP⁴.

Assim, se considerarmos a distribuição do volume populacional, verificamos que o país revela uma tipologia fortemente dualista: o litoral populoso *versus* uma extensa área interior com baixos níveis populacionais. Só países como a Grécia ou a Irlanda apresentam uma morfologia similar. No entanto, quando se analisam as modalidades de urbanização e de dinamismo territorial constata-se que Portugal surge como sendo um dos países mais heterogéneos da Europa⁵.

A constatação desta contradição põe em causa parte dos critérios que fundamentaram o modelo

analítico esboçado por A. Sedas Nunes (1964) na década de 60. O sociólogo identificou duas áreas territoriais distintas – o litoral e o interior – às quais fez corresponder dois tipos de sociedade – a moderna (mais urbanizada) e a tradicional (predominantemente rural). Contudo, esta dualização partia de um pressuposto de homogeneidade territorial no seio de cada uma dessas áreas que, com o decorrer das décadas, se tornou insustentável. Ou seja, tem-se verificado, ao longo das últimas duas décadas, uma generalização significativa dos processos de urbanização (tanto no litoral como no interior), que se repercute na intensificação dos níveis de heterogeneidade territorial.

As várias tipologias que pretendem classificar a composição do sistema urbano-rural nacional, propostas sobretudo por diversos geógrafos, são reveladoras do grau de diferenciação socioespacial da sociedade portuguesa. Tendo como referência os trabalhos recentes de Teresa Sá Marques (2004), sobre as dinâmicas territoriais na transição do século xx, e de João Ferrão *et al.* (2004), que estuda as áreas rurais periféricas do país, conseguimos depreender a complexidade geral do sistema nacional.

O primeiro estudo apresenta uma síntese global do sistema urbano constituída por sete categorias distintas (Marques, 2004: 197)⁶, estruturadas a partir de dois eixos principais: a dimensão e o nível de dinamismo. Por intermédio de uma primeira leitura deste modelo síntese, observamos uma série de situações dispersas pelas diversas zonas do país, nas quais emerge um conjunto variado de territórios dinâmicos. Esta imagem rompe decisivamente com a ideia “clássica” de um Portugal dicotomizado em duas extensas áreas tendencialmente homogéneas no seu interior.

Contudo, numa segunda leitura do mapa síntese, observamos que o nível da dimensão e do dinamismo das áreas urbanas é claramente assimétrico: os maiores centros e os mais dinâmicos localizam-se no litoral, enquanto no interior

⁴ Study Programme on European Spatial Planning (2000).

⁵ A tipologia avançada pelo SPESP (2000) é constituída por seis categorias: *regiões dominadas por uma grande metrópole, regiões policêntricas com elevadas densidades urbanas e rurais, regiões policêntricas com densidades urbanas elevadas, áreas rurais sob influência metropolitana, áreas rurais com cidades pequenas e médias ligadas em rede, áreas rurais remotas*. Segundo o estudo em causa, só a quarta categoria não se observa na estrutura urbana-rural de Portugal.

⁶ A saber: *áreas urbanas de muito pequena dimensão, áreas urbanas de pequena dimensão, áreas urbanas de dimensão e dinâmicas intermédias, áreas urbano-industriais de dimensão intermédia num modelo de povoamento disperso, áreas urbanas de dimensão intermédia com dinâmicas altas, grandes áreas urbanas residenciais e de emprego com dinâmicas altas, centro metropolitano*.

predominam as cidades pequenas e médias. Portanto, este modelo comprova, em certa medida, o que foi referido anteriormente. Isto é, por um lado, generalizaram-se os focos de urbanização, o que gerou uma complexificação do sistema nacional, mas, por outro, reforçou-se o grau de concentração urbana no litoral, o que acabou por contribuir para o prevalectimento dos factores dualistas. Ou, dito de outra forma, a heterogeneização do sistema não significou uma efectiva inversão da configuração dicotómica da estrutura urbana do país.

O estudo de João Ferrão *et al.* (2003, 2004) sobre as zonas rurais periféricas propõe uma tipologia para o país composta por quatro categorias distintas⁷. Esta leitura do mundo rural tem como pressuposto de base a noção de *continuum* (geográfico e funcional) centro-periferia, sendo que ao centro correspondem as maiores e mais dinâmicas áreas urbanas e à periferia as zonas rurais geográfica e funcionalmente mais remotas e marginais. Neste sentido, o rural (isto é, a sua natureza e intensidade) é definido essencialmente a partir do nível de interdependência que se estabelece com os centros urbanos.

Assim, tendo em conta que o sistema urbano evolui no sentido de uma maior heterogeneidade, por consequência, o mundo rural, que se define em função da relação que estabelece com este, torna-se também mais diversificado.

Se integrarmos as duas tipologias referidas num sistema urbano-rural único, chegamos, sem qualquer dúvida, a um modelo complexo e pluridimensional que rompe decisivamente com as noções dicotómicas lineares e uniformes. O modelo emergente sobrepõe às clássicas oposições territoriais uma heterogeneidade de dinâmicas que interagem em sistemas cada vez mais interdependentes e multiformes.

Como foi referido, a heterogeneidade do sistema urbano nacional não alterou substancialmente a configuração de cariz dualista da sociedade portuguesa. Este dado deve-se acima de tudo à orgânica e ao conteúdo do próprio sistema, que demonstra ainda uma grande fragilidade estrutural. No entender de Ferrão e Marques (2002), este pode caracterizar-se como sendo: “*tradicional*, porque

é ainda a lógica hierárquica de funções político-administrativas que estrutura o essencial do relacionamento que se estabelece entre diversos centros urbanos; [e] *frágil*, porque a lógica prevalectente de dependência burocrático-administrativa cria sobretudo laços de dependência de natureza unívoca, e não mecanismos sustentados de interacção baseados nas diferenciações existentes” (2002: 24).

O baixo índice de conectividade interurbana favorece a lógica dualista do sistema, no sentido em que, a partir de uma lógica hierárquica, são principalmente as áreas metropolitanas que conseguem dotar-se de mecanismos sustentáveis de interacção e de articulação funcional.

Em termos horizontais, a conectividade entre cidades fica muito aquém do modelo da *rede de cidades* proposto por Camagni (1993), nomeadamente, no que diz respeito às cidades intermédias situadas nas regiões do interior.

Estas cidades, que têm vindo a crescer em termos demográficos e que representam um factor importante de desenvolvimento regional, padecem, no entanto, de dois problemas fundamentais: uma excessiva homogeneização funcional e estrutural, e uma dificuldade de consolidação urbana.

Em traços gerais podemos dizer que a *homogeneização* identifica, entre outros aspectos, a sobrerepresentação da terciarização, que se espelha no tipo de actividades desenvolvidas (comércio, serviços) e na natureza da economia local; na excessiva dependência em relação aos sectores públicos da administração, que se reflecte também na elevada proporção do emprego público; na reduzida consistência e representatividade do tecido industrial, que contracena com o peso redobrado do sector da construção civil, etc. Estas e outras tendências afectam a maior parte das cidades médias, que não conseguem evoluir no sentido da especialização funcional e da diferenciação socioespacial⁸.

O segundo factor mencionado diz respeito às relações de interdependência geradas com as áreas rurais próximas. Tendo em conta os vários estudos citados, verifica-se que parte significativa das zonas envolventes continua a sofrer processos de

⁷ A saber: *espaços rurais marginais, espaços rurais de proximidade urbana, espaços urbano-rurais ou espaços urbano difusos, espaços rurais de tipo central.*

⁸ Cf. Marques *et al.*, 1997.

regressão demográfica. Este dado é revelador de uma clara incapacidade de as áreas rurais suportarem e acompanharem a dinâmica positiva das cidades mais próximas. Deste modo, depreende-se que os problemas de desenvolvimento das cidades médias do país resultam, simultaneamente, da inexistência de um sistema reticular suficientemente sustentável que permita uma maior conectividade interurbana e inter-regional, e de uma dinâmica territorial de proximidade que contribua para a transformação de certas zonas regressivas em espaços de urbanização.

Podemos então dizer que as cidades médias enfrentam uma encruzilhada compreendida entre dois sistemas determinantes e complementares: o *sistema reticular interurbano*, que constitui o nível de conectividade urbana nacional e internacional; e o *sistema territorial urbano-rural*, que materializa a capacidade de integração e de desenvolvimento locais e regionais.

Neste artigo iremos debruçar-nos sobre este segundo aspecto. Assim, por intermédio de alguns indicadores sociodemográficos simples, tentaremos descortinar as diferentes dinâmicas territoriais que afectam a relação entre as maiores cidades alentejanas e as respectivas áreas rurais.

O Alentejo: as áreas urbanas e as áreas rurais

Tendo por base a média da região⁹, podemos verificar que desde o final do século XIX (1864) até ao final do século XX a evolução populacional do Alentejo conheceu duas fases distintas. A primeira prolonga-se até 1950, durante a qual a população cresceu cerca de 121%, passando de 359 088 para 792 505 residentes. Na primeira metade do século XX verificamos um crescimento gradual, que se intensifica a partir da década de vinte, até ao máximo que se deu precisamente em 1950: entre 1900 e 1950 a população residente no Alentejo aumenta 76%.

A segunda fase acontece a partir dos anos 50, década em que se recenseia um decréscimo da população residente que se estende até ao fim do século (de 1960 até 2001 o número de residentes desce cerca de 33%), destacando-se os anos 60, ao longo dos quais a região perde aproximadamente 23%, e também a década de 80 (desce 6%). Em 2001 o nível populacional da região chega aos valores identificados no final da primeira década do século XX (530 866 residentes).

A fase regressiva não é homogénea e afecta diferentemente os diversas zonas da região. Na verdade, se estabelecermos uma distinção entre espaços rurais e urbanos, observamos uma alteração profunda das dinâmicas territoriais. Com o intuito de caracterizar o sentido dessas mudanças recorreremos a uma classificação das freguesias efectuada a partir dos dados do recenseamento de 1991¹⁰. Poderá ser artificial aplicar esta divisão à realidade das décadas anteriores e posteriores, na medida em que, por um lado, criaram-se novas freguesias e, por outro, a situação do nível de urbanização de certas áreas ter-se-á alterado profundamente.

No entanto, não deixa de ser interessante verificar o modo como a actual configuração socioespacial que constitui as três categorias de áreas referenciadas evoluiu ao longo do século XX. Esta análise permitirá compreender como as áreas urbanas foram reforçando o seu peso populacional durante o período em causa.

Até 1960 o peso da distribuição da população residente nas três categorias de áreas é sensivelmente a mesma: quase metade da população residia em áreas rurais, aproximadamente 30% nas áreas mais urbanas e perto de 20% nas áreas mediantemente urbanizadas (ver figura n.º 1). A partir da década de 60 esta distribuição começa a alterar-se, subindo gradualmente a percentagem das pessoas residentes nas zonas consideradas mais urbanizadas: 38% em 1970, 44% em 1981, 46% em 1991 e 48% em 2001. Por seu turno, decresce o peso das pessoas

⁹ Adaptamos o limite geográfico utilizado no Recenseamento Geral da População de 1991 (NUT III): Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral e Baixo Alentejo.

¹⁰ A tipologia compõe-se por três áreas distintas: Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Mediantemente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR). As APU integram as seguintes situações: freguesias que possuam densidade populacional superior a 500 hab./km² ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes; freguesias contíguas às freguesias anteriores que possuam densidade populacional superior a 100 hab./km² e inferior ou igual a 500 hab./km² ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes; freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5000 habitantes. As AMU integram freguesias com densidade populacional superior a 100 hab./km² e inferior ou igual a 500 hab./km² ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes e/ou sedes de concelho que não estão incluídas na área predominantemente urbana. As APR representam as restantes situações. Cf. Instituto Nacional de Estatística (1999), *Indicadores Urbanos do Continente*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

residentes nas freguesias rurais: 44% em 1970, 39% em 1981, 38% em 1991 e 35% em 2001.

Esta alteração é coincidente com a fase em que a população na região começa a decrescer. Existe um reforço do peso da população residente nas zonas urbanas, o que poderá indicar uma maior capacidade de resistência das cidades e das vilas mais urbanizadas face ao processo generalizado de regressão populacional que ocorreu na região nestas décadas.

Assim verificamos que, nas últimas três décadas, o número de pessoas residentes nos espaços mais urbanos não só não desceu na mesma proporção que a média da região, como conheceu algum crescimento relativo. Desde o início do século xx até 1940 a evolução do crescimento demográfico quer das áreas rurais, quer das áreas urbanas é sensivelmente a mesma relativamente à média da região. A partir da década de 50 a população total começa a decrescer. Esta evolução regressiva é acompanhada pelas áreas menos urbanas. Por seu turno, as áreas predominantemente urbanas conhecem, em contrapartida, um pequeno crescimento populacional (0,8%).

nizadas (diminuiu 29% nas áreas rurais e 27% nas zonas medianamente urbanizadas).

Na década de 70 observa-se um crescimento contracorrente das zonas mais urbanas (12%) em detrimento das restantes zonas, que perdem mais população que a média da região (nesta década o Alentejo perde apenas 2% da sua população; em contrapartida, as áreas rurais perdem cerca de 12% e as zonas medianamente urbanizadas 6%).

Na década seguinte detecta-se um pequeno decréscimo da população residente nas zonas mais urbanas (3%) e, em média, a região decresce aproximadamente 7%, com destaque para as áreas rurais, que perdem 9%, e as áreas medianamente urbanizadas, 8%.

Nos anos 90 as áreas mais urbanizadas conhecem um reforço na ordem dos 4%, enquanto o peso das áreas medianamente urbanizadas e das áreas rurais continua a diminuir (-9% e -3%, respectivamente).

A análise da evolução da população residente ao longo da segunda metade do século xx demonstra existirem duas tendências complementares: por um lado, observa-se desde a década de 50 uma

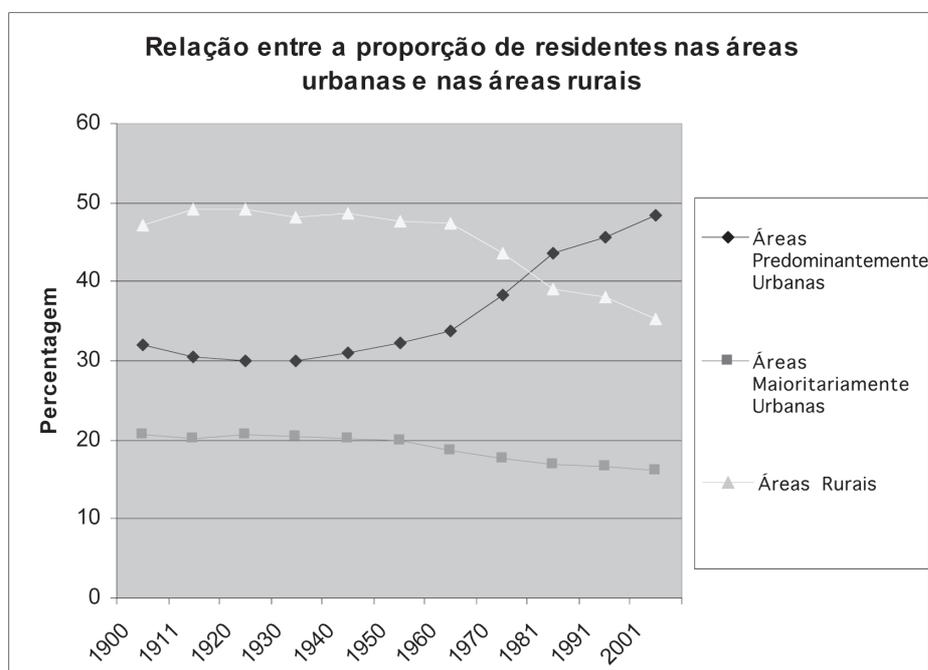


Fig. 1

Fonte: RGP/INE de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001

Durante a década de 60, as zonas mais urbanas também perdem população (-13%), mas em menor grau do que o observado em toda a região e, particularmente, nas localidades menos urba-

diminuição contínua da população; por outro lado, detecta-se a partir desta mesma década uma intensificação do processo de concentração populacional em determinadas vilas e cidades, ao

mesmo tempo que se identifica uma perda consecutiva de população na maior parte dos concelhos.

decréscimo na década seguinte (sobretudo Elvas, que volta a ter menos população do que em 1900). Contudo, é a partir da década de 70 que se dá um

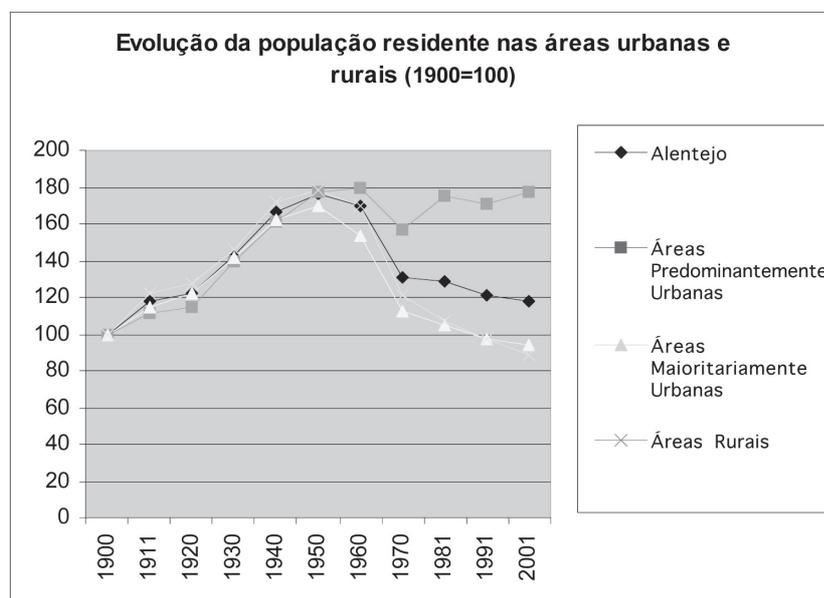


Fig. 2

Fonte: RGP/INE de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001

A evolução demográfica das maiores cidades alentejanas

As cidades mais importantes do Alentejo tiveram um aumento populacional ao longo do século xx. No entanto, detectámos duas formas de crescimento distintas que nos levam a separar as cidades de Évora e Beja das duas outras cidades do Alto Alentejo (Portalegre e Elvas).

Ao compararmos com a evolução da região, verificamos que as primeiras cidades acompanham aproximadamente o crescimento médio até 1940 (figura n.º 3). A partir da década de 50 dá-se um crescimento da população que inverte a tendência geral de diminuição populacional na região: entre 1940 e 2001 as cidades de Évora e de Beja crescem 70% e 66%, respectivamente. É entre 1960 e 1970 que se dá o aumento mais intenso (29% em Beja e 16% em Évora).

Ao longo do século o crescimento populacional de Portalegre e Elvas é muito menos intenso. Até 1940 chegam a perder população relativamente a 1900, nas décadas de 40 e 50 ultrapassam por pouco o nível do princípio do século, havendo um

aumento relativamente intenso da população: entre 1970 e 1991 Portalegre e Elvas cresceram 29% e 27%, respectivamente.

Tendo por base apenas o indicador da variação populacional, podemos inferir que estamos perante duas formas de urbanização distintas. As áreas urbanas de Évora e de Beja crescem quase continuamente ao longo do século: a primeira aumenta de 16 004 (em 1900) para 44 806 (em 2001), o que corresponde a 180%; Beja cresce 166% (passa de 8339 para 23 475 residentes).

No início do século, as áreas urbanas de Portalegre e Elvas constituíam um número de residentes relativamente elevado: Elvas era a segunda maior cidade do Alentejo (14 006 residentes) e aumenta apenas 16% (passando para 16 114 em 1991), Portalegre aumenta 35% (de 11 899 passa para 16 096 residentes).

Na década de 90 estas duas áreas urbanas conheceram uma pequena diminuição populacional (Elvas decresce 4% e Portalegre 2%), o que de certo modo inverte a tendência de crescimento iniciada nos anos 70.

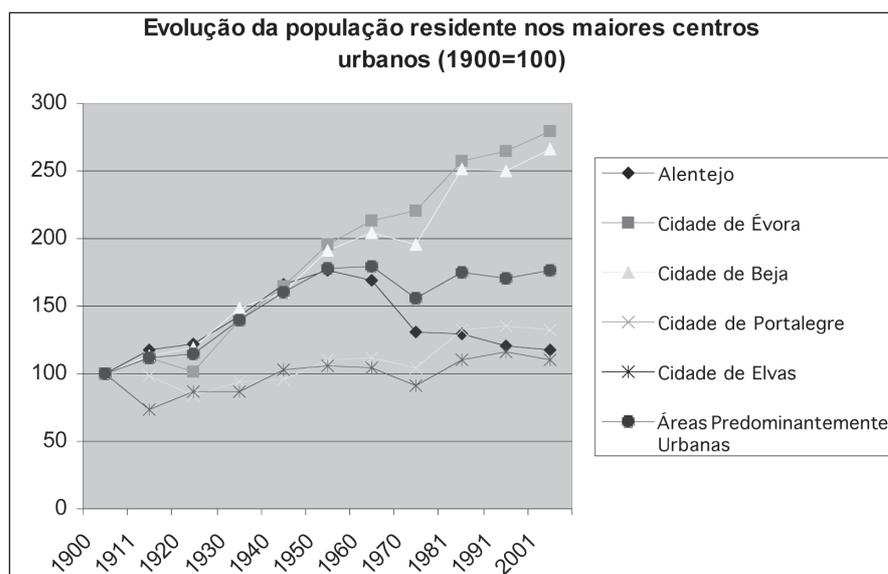


Fig. 3

Fonte: RGP/INE de 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001

Independentemente das diferenças salientadas, podemos considerar que as formas de crescimento populacional destas cidades são completamente distintas da evolução populacional que caracteriza a região alentejana no século xx. Por outro lado, verificamos que a década de 70 representa uma época central no reforço do processo de urbanização das áreas em causa.

Iremos analisar pormenorizadamente os modos de urbanização e de evolução populacional de cada área urbana, de forma a estabelecermos algumas comparações.

Área urbana de Évora

Desde o início da época moderna, Évora é a área urbana mais populosa do Alentejo: em 1864 tinha 11 078 residentes, aumentando 44% até 1900. Representa um crescimento superior à média do Alentejo (ocorrido neste período), que se situa nos 26%. Observando o gráfico anterior, podemos dizer que o ritmo de urbanização desta cidade é contínuo.

Este crescimento deve-se à freguesia da Sé (localizada na zona periférica da cidade)¹¹, que entre 1950 e 1991 tem um aumento populacional na ordem dos 105%, muito superior ao das restantes freguesias, que se encontram localizadas no centro. Estas, por seu turno, perdem população entre 1950

e 1991 (S. Pedro decresce 61%, S. Antão 53% e S. Mamede 52%).

A evolução diferenciada das freguesias pertencentes à mesma área urbana é um fenómeno característico das cidades que se urbanizam e que constituem zonas suburbanas e bairros periféricos, ao mesmo tempo que se assiste a um desmantelamento da função residencial nos bairros centrais.

Existe uma tendência centrífuga, no sentido de um esvaziamento e de uma deslocação da função residencial do centro para a periferia, que se reforçou na década de 80 (S. Pedro perde 32% dos seus residentes, S. Antão 27% e S. Mamede 23%, enquanto a freguesia da Sé se reforça em 11%). Tendo em conta que o Alentejo perdeu em média 6% da população ao longo desta década, podemos dizer que estamos perante freguesias que, proporcionalmente, perderam um elevado número de residentes. Esta tendência agrava-se ao longo da década de 90, na qual as freguesias de S. Mamede e S. Antão perdem, respectivamente, 26% e 29% da população residente.

As freguesias centrais da cidade conhecem um intenso processo de despovoamento e de envelhecimento populacional. Entre 1991 e 2001 o número de pessoas mais jovens¹² decresceu cerca de 51% em S. Mamede e 48% em S. Antão. Houve

¹¹ Depois de 1991 esta freguesia desmembrou-se em quatro novas freguesias, a saber: Bacelo, Horta das Figueiras, Malagueira e Senhora da Saúde.

¹² Até aos 14 anos.

também uma forte diminuição das pessoas com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos (-30% e -35%, respectivamente). Em S. Mamede o número de idosos¹³ estabiliza, enquanto na outra freguesia diminui sensivelmente (-6%).

Os números observados nestas freguesias tornam-se mais singulares quando os comparamos com as tendências gerais verificadas no total das freguesias que compõem a cidade. Assim, entre 1991 e 2001 houve um reforço, na população urbana, do escalão etário intermédio¹⁴ (8%) e do grupo de população mais idosa (28%). Em contrapartida, os efectivos mais jovens diminuíram 19%. Nestas últimas duas décadas a população activa da cidade cresceu significativamente: 9% nos anos 80 e 13% na década seguinte.

Estes valores indicam a capacidade de atracção, por parte da cidade, de pessoas em idade activa que vão residir principalmente nas freguesias menos centrais. Por outro lado, demonstram que a função residencial nos bairros centrais está claramente a perder importância, na medida em que até o número de pessoas idosas tende a reduzir-se.

Ao nível da população do concelho observa-se um reforço da importância da cidade: em 1950 a área urbana de Évora continha 66% da população do município, enquanto em 2001 abarca 79% dos residentes. No entanto, este processo não se repercutiu de forma devastadora nas freguesias rurais do concelho, na medida em que entre 1950 e 2001 a população residente diminuiu cerca de 27%, o que é inferior ao decréscimo populacional verificado no total das áreas rurais do Alentejo (50%).

A discrepância entre estes dois valores aprofunda-se ao considerar-se apenas a década de 80, na qual se assistiu a um crescimento de 9% dos residentes no conjunto das freguesias que não constituem a cidade de Évora. Embora existam situações diferenciadas, podemos considerar este aumento como algo verdadeiramente excepcional tendo em conta que nesta década a população da cidade cresceu somente 3%. Na década de 90 o crescimento médio destas freguesias foi de apenas 3%, menor do que o verificado na cidade (6%).

Deste modo, descortina-se uma certa estabilização do nível populacional de algumas freguesias

rurais do concelho. No entanto, destacam-se duas freguesias que cresceram significativamente na década de 90: a população residente em Canaviais aumenta 53%, e em N.^a S.^a da Graça do Divor cresce 9%.

Estas freguesias conhecem, inclusive, algum rejuvenescimento populacional: em Canaviais todos os grupos etários aumentam estrondosamente (46% nas idades até aos 14 anos, 54% na população com idade compreendida entre os 15 e 64 anos e 57% no escalão mais idoso); por seu turno, em N.^a S.^a da Graça do Divor verifica-se um crescimento de 14% no grupo etário intermédio e uma estabilização nos outros escalões de idade. Em termos de população activa, na primeira verifica-se um aumento na ordem dos 83% e na segunda de 25%.

Para além das anteriores, identificámos duas freguesias próximas da cidade de Évora, mas pertencentes a concelhos vizinhos, que apresentam alguns indicadores de dinamismo. A posição geográfica face à cidade e a proximidade da vila de Viana do Alentejo podem justificar o aumento populacional de Aguiar na ordem de 1%, e o crescimento substancial da população activa (37%). O mesmo se pode depreender em relação a Igreja Nova, situada entre Arraiolos e Évora, que apesar de ter um decréscimo da população residente vê reforçada a população activa na ordem dos 27% (aumentando 9% a masculina).

Estes indicadores esboçam uma tendência para a fixação e atracção populacional dos residentes em algumas freguesias próximas da cidade, que aos poucos aprofundam a sua função residencial de modo a transformarem-se em espaços de cariz suburbano.

Assim, em termos de volume populacional podemos interpretar o fenómeno de urbanização decorrido na segunda metade do século xx na área de Évora com base na identificação de três processos: até à década de 70, verifica-se um aumento populacional da cidade à custa de uma deslocação centrífuga a partir das localidades rurais do concelho de Évora e das freguesias dos outros concelhos da região, que se esvaziaram ao longo destas décadas; simultaneamente, assiste-se a um movimento centrífugo a partir dos bairros do centro a favor dos bairros mais periféricos da cidade; na

¹³ Mais de 64 anos.

¹⁴ Entre os 15 e os 64 anos.

década de 80, embora continuem as mesmas tendências, inicia-se um processo de fixação populacional e de suburbanização de algumas freguesias limítrofes à área urbana da cidade.

Área urbana de Beja

Tal como a cidade de Évora, a população residente na área urbana de Beja¹⁵ cresceu quase continuamente desde o final do século XIX. Entre 1864 e 1900 conheceu um aumento de 33% (superior à média da região). Por seu turno, ao longo do século XX, observa-se algum retrocesso populacional apenas nas décadas de 60 e 80, que não põe em causa a tendência geral de crescimento.

A forma de urbanização desta cidade é distinta: entre 1950 e 2001 todas as freguesias urbanas cresceram. Contudo, na década de 80 observamos uma estagnação no crescimento populacional em três freguesias e a diminuição em 15% da população de St.^a Maria da Feira (responsável pelo decréscimo populacional da cidade nesta década). Esta diminuição é compensada na década seguinte, na qual a cidade conhece um crescimento considerável (6%), existindo um aumento do volume populacional de todas as freguesias: S. João Baptista (9%), Salvador (7%), Santiago Maior (7%) e St.^a Maria (1%).

O concelho de Beja perdeu cerca de 16% da sua população entre 1950 e 2001, o que reforçou a preponderância da área urbana: em 1950 a cidade continha apenas 39% da população residente do concelho, em 2001 sobe para 66% a proporção de residentes.

No que diz respeito à evolução populacional das freguesias rurais do concelho, observamos um esvaziamento contínuo e profundo: entre 1950 e 2001 as áreas rurais diminuíram 48% da sua população, perdendo na década de 80 cerca de 14% e na década seguinte 11% de residentes.

No entanto, ao longo dos anos 90 a forma de urbanização da área de Beja começa a esboçar uma tênue tendência para a suburbanização de algumas áreas limítrofes, destacando-se o caso da freguesia de St.^a Clara do Louredo, que cresce 9%, e de Cabeça Gorda, que praticamente estabiliza o seu volume populacional.

Em termos de estrutura etária verifica-se nestas freguesias rurais um pequeno reforço da população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos: 1% em St.^a Clara do Louredo e 4% em Cabeça Gorda. Por seu lado, observa-se um aumento na ordem dos 54% na população idosa da primeira freguesia, enquanto na outra se verifica uma diminuição de 13%. O grupo dos mais jovens decresce nas duas (27% e 13%). Mas são os dados relativos à população activa que ilustram melhor o crescimento destas freguesias nesta última década: 27% em St.^a Clara do Louredo e 19% em Cabeça Gorda.

De facto, só nas freguesias que compõem a área urbana se observa um reforço quer da população activa, que aumenta em média 9% e 15% nas duas últimas décadas, quer dos efectivos do escalão etário intermédio, que cresce 8% nos anos 90. Contudo, estes números não invertem o contínuo processo de envelhecimento que se manifesta na diminuição do número de jovens (-17%) e no aumento de pessoas idosas (30%).

Neste sentido, é lícito afirmar que a composição sociodemográfica das referidas freguesias rurais tende a aproximar-se do perfil observado nas freguesias urbanas, nas quais se depreende alguma capacidade de atracção de população em idade activa. Isto é, esboça-se em certas localidades limítrofes à cidade um processo característico de uma certa suburbanização, tal como acontece na zona de Évora, embora com menor intensidade.

Área urbana de Portalegre

Ao longo do século XX, o crescimento da área urbana de Portalegre é mais irregular e menos intenso do que o registado nas cidades anteriores. Contudo, é no último quartel do século XIX que esta cidade conhece um aumento populacional muito forte: entre 1864 e 1900 evolui de 6609 residentes para 11 899, o que representa um crescimento de 80%.

No início do século XX a cidade de Portalegre é constituída por um número de residentes relativamente elevado para a época. No entanto, no decorrer do século terá uma quebra populacional na primeira década e outra durante os anos 60.

¹⁵ Composta por quatro freguesias: S. João Baptista, Salvador, Santiago Maior e St.^a Maria.

Deste modo, só a partir da década de 70 despontará o seu nível populacional: entre 1970 e 1991 cresce 29%, passando de 12 495 para 16 096 residentes.

Este aumento populacional deve-se fundamentalmente à evolução da freguesia da Sé, que nestas duas décadas cresceu 59%. Por seu turno, a outra freguesia conhece uma pequena diminuição nos anos 80. Na década de 90 as freguesias que constituem a cidade diminuem em média 2% da população.

O município de Portalegre começa a perder população a partir dos anos 60. Este facto contribuiu para que a cidade aumentasse a sua preponderância no concelho: em 1950 continha apenas 47% dos residentes no concelho, aumentando para 61% em 2001.

A concentração populacional resulta em parte do decréscimo populacional verificado nas freguesias rurais do concelho, que entre 1950 e 1991 perdem 33% da sua população (diminuindo nos anos 80 cerca de 13%).

Na década de 90 descortina-se uma tendência centrífuga, na medida em que duas freguesias que não compõem a área urbana aumentaram significativamente a população residente (Ribeira de Nisa 46% e Fortios 10%).

Em relação à estrutura etária, verifica-se na freguesia de Ribeira de Nisa um reforço substancial em todos os escalões etários, nos quais ressalta uma forte tendência para o rejuvenescimento (o grupo dos mais jovens aumenta 81%, o escalão intermédio 42% e os mais idosos 40%). Em Fortios observa-se um crescimento de 10% da população em idade activa, enquanto os mais idosos aumentam cerca de 27% e os jovens diminuem 10%. A população activa aumenta substancialmente nestas freguesias: 82% na primeira e 19% na segunda.

A freguesia rural de Assumar, que se encontra na encruzilhada entre vias de comunicação que ligam Portalegre, Monforte e Arronches, teve um crescimento populacional na ordem de 1%, aumentando em 27% a população activa (crescendo 11% a população activa masculina).

A capacidade de algum rejuvenescimento verificado nestas freguesias contraria a tendência de envelhecimento observado na área urbana de Portalegre, na qual só a população idosa aumenta o seu volume (25%), enquanto o grupo dos mais jovens decresce 28% e o escalão intermédio diminui menos de 1%. Por seu turno, observa-se

uma atenuação no crescimento da população activa, que na década de 80 aumenta 9% e na década seguinte cresce somente 3%.

Este facto revela, por um lado, uma intensificação do processo de suburbanização de certas zonas rurais limítrofes à cidade – contribuindo para que o concelho praticamente não perca população entre 1991 e 2001 – e, por outro lado, uma atenuação do processo de concentração populacional da cidade, que perde população e tende a sofrer algum envelhecimento.

Área urbana de Elvas

A forma de urbanização da cidade de Elvas é muito idêntica à de Portalegre. A área urbana teve um crescimento no final do século XIX da ordem dos 35%.

Ao longo do século XX, tal como a cidade de Portalegre, conheceu uma forte diminuição populacional logo na primeira década (27%), conseguindo recuperar só em 1940. Contudo, volta a perder população nos anos 60. Na década de 70, à semelhança do que aconteceu nas outras cidades abordadas, dá-se um aumento populacional considerável, que se mantém, embora com menor intensidade, ao longo dos anos 80 (entre 1970 e 1991 cresce 27% e aumenta apenas 4% na década de 80).

O crescimento verificado nos anos 70 e 80 deve-se em larga medida à freguesia de Assunção, cuja população residente aumentou 75%. As restantes freguesias conhecem uma ténue diminuição populacional na última década do período em causa. Na década de 90, tal como sucedido na cidade de Portalegre, a área urbana de Elvas decresce cerca de 4%. Esta diminuição repercutiu-se directamente na população total do concelho, que decresceu 5%.

Ao nível da estrutura etária, a área urbana de Elvas assiste a um processo de envelhecimento relativamente intenso, na medida em que o número de idosos aumenta 30%, não sendo compensado pelos outros escalões, que reduzem substancialmente o número de efectivos (-20% na população mais jovem e -6% nos indivíduos com idade compreendida entre os 15 e 65 anos). Relativamente à população activa, dá-se entre estas últimas duas décadas uma inversão completa: aumentou 16% nos anos 80 e decresceu 3% na década de 90.

Apesar da regressão populacional iniciada na última década, a cidade de Elvas vem ganhando expressão ao nível do concelho: em 1950 cerca de 49% da população residia na área urbana, aumentando em 2001 para 66% dos residentes. Tal como foi descrito em relação às outras cidades, este crescimento deve-se em parte ao esvaziamento verificado nas áreas rurais, nomeadamente as que compõem o concelho, que entre 1950 e 2001 viram diminuir a sua população em 48% (perdendo nos anos 80 cerca de 12% e 6% na década de 90).

Conclusão

A comparação entre a evolução demográfica do Alentejo e a ocorrida nas maiores cidades da região, ao longo do século xx, permite-nos identificar diferentes tipos de crescimento. Em termos gerais, até à primeira metade do século, observa-se nas cidades de Évora e de Beja um crescimento populacional consentâneo com a média regional. Em contrapartida, as áreas urbanas de Portalegre e de Elvas estabilizam a sua população, chegando mesmo a perder residentes ao longo deste período. Assim, se as duas primeiras cresceram niveladamente face às tendências gerais, as segundas, por sua vez, apresentaram uma evolução abaixo do nível médio da região.

A partir da década de 50, dá-se uma mudança na estrutura populacional do Alentejo que inicia um ciclo recessivo, ao mesmo tempo que as maiores zonas urbanas crescem exponencialmente. Esta densificação afecta primeiramente as cidades de Évora e de Beja e, mais recentemente (a partir da década de 70), as duas cidades do Alto Alentejo.

Nesta fase, a forma de urbanização torna-se completamente distinta das décadas anteriores, na medida em que, num contexto geral de depressão populacional, estas cidades conseguem aumentar o seu número de habitantes. Em parte, esse crescimento deve-se à relação de tipo centrípeta que estabelecem com os espaços rurais, provocando uma intensificação da concentração urbana à custa da “sucção” das zonas mais periféricas.

Deste modo, podemos afirmar que o despontar destas cidades, face à média regional, é um fenómeno contemporâneo do processo migratório que afecta grande parte do Alentejo a partir da década de 50. Deste modo, convém salientar que os fluxos migratórios para fora da região não são os

únicos responsáveis pelo esvaziamento populacional observado nas várias localidades do Alentejo. Na verdade, as próprias cidades atraem um número considerável de indivíduos oriundos de espaços mais remotos. Este período caracteriza-se por um crescimento de tipo erosivo, na medida em que se estabelece uma relação quase linear entre a perda contínua de residentes das freguesias rurais e o aumento populacional das zonas urbanas que constituem as cidades em causa. Estas tornam-se áreas receptoras que resgatam parte dos intensos fluxos migratórios que abalam a região, principalmente, nas décadas de 60 e de 70.

Contudo, uma análise pormenorizada das formas de urbanização destas cidades leva-nos a identificar diferentes estádios de complexidade. Assim, se durante parte considerável deste período o modo de urbanização dominante é relativamente simples, a partir da década de 80, na área urbana de Évora, e dos anos 90, nas zonas de Beja e de Portalegre, inicia-se um processo complexo de urbanização.

Este caracteriza-se por dois mecanismos interdependentes: para além da relação centrípeta de reforço da área urbana ao nível do concelho (menos saliente em Portalegre), verifica-se, simultaneamente, uma relação centrífuga (entre bairros centrais e periféricos) ao nível da cidade, acompanhada por uma tendência para a suburbanização de algumas freguesias rurais limítrofes.

Os indicadores enunciados, mais salientes em Évora e Beja e mais efémeros em Portalegre, denotam uma modalidade de crescimento que contempla dinâmicas diferenciadas e contraditórias. No que concerne à relação entre zonas urbanas e rurais, podemos dizer que o crescimento destas cidades integra alguns mecanismos propulsores capazes de contribuir para a reanimação demográfica de espaços limítrofes, que se encontravam num processo contínuo de regressão populacional.

Tendo em conta a síntese das várias tendências demográficas consideradas, conclui-se que, ao longo do século xx, algumas cidades alentejanas (principalmente Évora e, em menor escala, Beja), enquadraram três tipos distintos de crescimento populacional: um *crescimento nivelado* até meados da década de 50, um *crescimento erosivo* mais intenso nas décadas de 60 e de 70, e um *crescimento propulsor* que se esboça a partir dos anos 80 e tende a cristalizar-se na década seguinte. Esta última

tendência incorpora uma dinâmica mais complexa estabelecida com determinados espaços rurais envolventes, que começam a sofrer processos diversificados de (sub)urbanização.

Neste sentido, não é difícil depreender que o mero aumento populacional não reflecte necessariamente uma consolidação urbana assente numa dinâmica territorial estabelecida com as zonas rurais circundantes. A capacidade de gerar áreas em vias de urbanização representa, quanto a nós, um dos factores primordiais para a sustentabilidade e desenvolvimento das cidades médias. A tendência para se tornarem “ilhas” de concentração populacional rodeadas de espaços em regressão

incapazes de se revitalizarem levará, a prazo, a uma estagnação (e até inversão) do incremento populacional. Das cidades analisadas, Elvas é a que mais se aproxima de uma situação regressiva. Por sua vez, Portalegre encontra-se numa posição periclitante, pelo facto de na década de 90 não ter conseguido reforçar a sua população, apesar de se assistir ao crescimento de algumas freguesias rurais circundantes. A cidade de Beja pode estar a caminhar para uma certa consolidação territorial, mas não atinge os níveis de Évora no que diz respeito ao aumento da população residente e à capacidade de reanimação de certas zonas rurais envolventes.

Referências Bibliográficas

- BENKO, George, e Lipietz, Alain (1994), “Das redes de distritos aos distritos de redes” in *As Regiões Ganadoras*, George Benko e Alain Lipietz (org.), Oeiras, Celta Editora.
- BRUNET, Roger (2000), “Cities like Lleida. Intermediate European cities: their current situation and future prospects”, in *Cidades Intermédias: Urbanización y Sostenibilidad*, Carme Bellet e Josep M. Llop (ed.), Lleida, Editorial Milénio.
- CAMAGNI, Robert (1993), “Organisation économique et réseaux de villes”, in *Les Villes, Lieux d’Europe*, Allain Salles (dir.), Paris, Datar/Éditions de l’Aube.
- CARMO, Renato Miguel do (2006), *Contributos para uma Sociologia do Espaço-Tempo*, Oeiras, Celta Editora.
- CARMO, Renato Miguel do (2005), *Alentejo: entre a Urbanização e a Marginalização*, Tese de Doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CASTELLS, Manuel (2000), *The Rise of the Network Society*, 2ª ed., Oxford, Blackwell.
- COSTA, Eduarda Marques da (2002), “Cidades Médias. Contributos para a sua definição”, in *Finisterra*, XXXVII, 75, pp. 101-128.
- COSTA, Eduarda Marques (1999), “Urbanização e acessibilidades, factores chave no processo de integração dos espaços rurais – os casos da Guarda e da Covilhã”, in *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, Carminda Cavaco (coord.), EPRU, n.º 50, Centros de Estudos Geográficos de Lisboa.
- DOMINGUES, Álvaro (coord.) (2006), *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*, Lisboa, Argumentum.
- EPSON (2004), *Urban-rural Relations in Europe. Final Report*, http://www.espon.lu/online/documentation/projects/thematic/thematic_7.html.
- FERRÃO, João, e Lopes, Raul (2004), “Understanding peripheral rural areas as contexts for economic development”, in *The Future of Europe’s Rural Peripheries*, Lois Labrianidis (ed.), Hampshire, Ashgate.
- FERRÃO, João, e Lopes, Raul (2003), “Zones rurales et capacité entrepreneuriale au Portugal: pratiques, représentations and politiques”, in *Géographies, Économie, Société* n.º 5, pp. 139-160.
- FERRÃO, João, e Marques, Teresa Sá (2003), *Sistema Urbano Nacional – Síntese*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- FERRÃO, João, Henrique, Eduardo B., e Neves, António O. (1994), “Repensar as Cidades de Média Dimensão”, in *Análise Social*, vol XXIX, n.º 129, pp. 1123-1149.
- GASPAR, Jorge (2000), “Cidades médias e cidades intermédias. Novas funções territoriais e novas formas urbanas em Portugal”, in *Cidades Intermédias: Urbanización y Sostenibilidad*, Carme Bellet e Josep M. Llop (ed.), Lleida, Editorial Milénio.
- KAYSER, Bernard (1990), *La Renaissance Rural*, Paris, Armand Colin.
- LABORIE, Jean-Paul (1996), “Les petites villes, chances de l’espace rural”, in *Naissance de Nouvelle Campagnes*, Bernard Kayser (dir.), Marseille, Éditions de l’Aube.
- MARQUES, Teresa Sá (2004), *Portugal na Transição do Século. Retratos e Dinâmicas Territoriais*, Porto, Edições Afrontamento.
- MARQUES, Teresa Sá, et al. (2002), *Sistema Urbano Nacional – Rede Complementar*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- MARQUES, Teresa Sá, et al. (1997), *Sistema Urbano Nacional – Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, Vol. I e II, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- MATHIEU, Nicole (1998), “La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les années quatre-vingt-dix”, in *Économie Rurale*, n.º 247, pp. 11-20.
- NAVE, Joaquim Gil (2003), “Rural e os seus duplos”, in *Portugal Chão*, José Portela e João Castro Caldas (org.), Oeiras, Celta Editora.
- NUNES, Sedas (1964), “Portugal, sociedade dualista em evolução”, in *Análise Social*, n.º 7-8, pp. 407-462.
- PERRIER-CORNET, Philippe, e Hervieu, Bertrand (2002), “Les transformations des campagnes françaises: une vue d’ensemble”, in *Repenser les Campagnes*, Philippe Perrier-Cornet (dir.), Gémenos, Éditions de l’Aube / Datar.
- PORTAS, Nuno, et al. (2004), *Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- REIS, Manuela, e Lima, Aida Valadas de (1998), “Desenvolvimento, território e ambiente” in *Portugal que Modernidade?*, José Manuel Viegas e Firmino da Costa (org.), Oeiras, Celta Editora.
- RIBEIRO, Orlando (1998 [1945]), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1999), *A Cidade em Portugal*, 3.ª ed., Porto, Edições Afrontamento.
- SPESP (2000), *Study Programme on European Spatial Planning. Final Report*, <http://www.mcrit.com/spesp>.
- VAZ, Domingos (2004), “As cidades do interior e as estratégias ausentes”, in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 8, pp. 21-33.